

Transposição: a hora é esta

Lúcio Alcântara

CORREIO BRAZILIENSE

Levantamentos têm indicado que, ao longo da história, o Nordeste somente se beneficiou de iniciativas governamentais sob o impacto dramático de prolongadas secas, com a criação de órgãos e a viabilização de programas. Os momentos de criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Banco do Nordeste do Brasil, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e programas específicos, como o Pólo Nordeste, confirmam essa tese.

Nesse sentido, há uma postura nova no tratamento da questão regional. Surgido com evidência após a seca de 1993, o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco para quatro estados do Nordeste sobreviveu às chuvas irregulares do ano seguinte e às boas condições que até aqui nos apresenta este 1995, em meio a tantas esperanças forjadas com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Esse projeto constitui-se em ação estratégica da maior relevância, dentro de um novo enfoque de processo de gerenciamento integrado das bacias hidrográficas da região e de otimização dos seus recursos hídricos. Propiciará, numa extensa área do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, uma base física ao desenvolvimento sustentável, que exige atividades produtivas de elevada densidade de água. A transposição é a alternativa capaz de assegurar a mobilização dos investimentos necessários àquele desenvolvimento.

Alguns, menos sensíveis aos desequilíbrios regionais como fator do nosso atraso global, argumentam com o alto custo do projeto. Pois nós, ao contrário, consideramos a ausência do projeto um escandaloso desperdício. Somente com a seca de 1993 o Tesouro

Nacional gastou US\$ 2 bilhões com programas de emergência — salários mínimos para lavradores desocupados, distribuição regular de alimentos, carros-pipa distribuindo água em centenas de localidades, sem que houvesse retorno daquele valor em obras permanentes e ainda possibilitando inúmeras fraudes, desvios e uso eleitoral de tão vultosas somas.

Por outro lado, o projeto de transposição prevê, em sua fase inicial, pouco mais de US\$ 1 bilhão, muito menos do que é capaz de produzir em gêneros alimentícios, empregos diretos e indiretos, e capacidade de reversão nos agudos índices de miséria absoluta, sobretudo nos períodos de seca, quando as áreas beneficiadas pelo projeto poderão agir como fator de descentralização das correntes migratórias que hoje ameaçam a nossa capacidade de gerenciamento equilibrado do desenvolvimento urbano nas principais capitais da região — somente em Fortaleza surgem 80 favelas por ano, segundo estudos credenciados.

É abominável, e mal informado, o argumento contrário ao projeto que alega redução na capacidade de produção de energia da Chesf na hidrelétrica de Paulo Afonso, pois inverte por completo a ordem de prioridade das necessidades humanas, que supõe o uso prioritário da água para consumo e, secundariamente, para a produção de alimentos. Além disso, a vazão média que se pretende na primeira etapa do projeto é de 3%, proporção inferior à margem de erro dos mais acurados métodos de aferição do caudal.

Mais importante é que somente nos dois ou três anos críticos de cada década é que será transposto o volume máximo previsto no projeto. Mesmo assim, além de corresponder a uma mínima proporção do caudal, a retirada máxi-

ma, nos anos críticos do semi-árido, se dará em períodos em que é significativa a probabilidade de que a vazão do Rio São Francisco esteja acima de sua média histórica, de acordo com a leitura retrospectiva das variáveis meteorológicas.

Mais bem intencionada, mais igualmente mal formada, é a opinião dos que receiam por impactos ambientais negativos. Não há tais riscos. Há, isto sim, uma vantagem na localização do ponto de captação entre duas grandes barragens, Sobradinho e Itaparica, pelo benefício de anular impactos de alterações momentâneas, face à proporção desprezível de água a ser retirada.

Nesse tocante, há que se ressaltar um enorme benefício de ordem política que o projeto trará. Ao valorizar o São Francisco como elemento central para o desenvolvimento sustentável de vastas áreas de uma região onde é gigantesco o desafio da sobrevivência, o projeto será um vigoroso elemento de pressão para que a bacia tenha uma gestão ambiental compatível com sua importância como um dos mais relevantes patrimônios naturais do território nacional, tornando prioritárias a proteção de suas nascentes e a reconstrução de suas matas ciliares.

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem manifestado sua decisão de cumprir a promessa solene que proclamou nos palanques do semi-árido de realizar esse projeto. Estados que, como os por ele beneficiados, conhecem o drama da seca, devem postar-se solidariamente e permitir que também nós possamos receber as bênçãos fecundas do "Velho Chico", sem prejuízo para os que dele já retiram energia para o sustento de sua gente.

Lúcio Alcântara é senador pelo PSDB do Ceará